

O CONTRASTE DA DIPLOMACIA CULTURAL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

Fernando Barotti dos Santos  

Maraluce Maria Custódio  

Contextualização: O artigo trata sobre a diplomacia cultural como elemento relevante para o processo de integração regional. Para isso, traz-se como exemplo o processo de integração no Mercosul e na União Europeia e como ambos utilizam, ou não, a diplomacia cultural para fortalecimento e aprofundamento dos blocos econômicos. Tem-se como marcos teóricos autores, como Soares (2008) e Kouri (2014), que analisam o Mercosul e a União Europeia no uso do recurso de *soft power*.

Objetivo: Demonstrar a importância da diplomacia cultural, instrumento de *soft power*, nos processos de integração regional, evidenciando e elucidando os efeitos produzidos por esse recurso técnico-político como consistentes nas relações entre os países-membros em benefício do bloco.

Metodologia: O estudo emprega pesquisa bibliográfica, com raciocínio dedutivo e metodologia teórica, explicando a diplomacia cultural e sua relação com a integração regional da cooperação latina comparativamente à europeia.

Resultados: Ao final, destaca-se que, apesar de um recurso com efeitos a longo prazo, a diplomacia cultural é necessária para o aprofundamento e a coesão de um bloco econômico.

Palavras-chave: Integração; *Soft Power*; Diplomacia Cultural; Mercosul; Blocos Econômicos Regionais.

THE CONTRAST OF CULTURAL DIPLOMACY IN REGIONAL INTEGRATION: MERCOSUR AND THE EUROPEAN UNION

Contextualization: The article deals with cultural diplomacy as a relevant element for the regional integration process. For this, the integration process in Mercosur and the European Union is brought as an example and how both use, or not, cultural diplomacy to strengthen and deepen economic blocs. Authors such as Soares (2008) and Kouri (2014) analyze Mercosur and the European Union in the use of soft power resources as theoretical frameworks.

Objectives: To demonstrate the importance of cultural diplomacy, an instrument of soft power, in regional integration processes, highlighting and elucidating the effects produced by this technical-political resource as consistent in the relations between member countries for the benefit of the bloc.

Methodology: The study employs bibliographical research, with deductive reasoning and theoretical methodology, explaining cultural diplomacy and its relationship with the regional integration of Latin cooperation compared to European cooperation.

Results: In the end, it is highlighted that despite being a resource with long-term effects, cultural diplomacy is necessary for the deepening and cohesion of an economic bloc.

Keywords: Integration; Soft Power; Cultural Diplomacy; Mercosur; Regional Economic Bloc.

EL CONTRASTE DE LA DIPLOMACIA CULTURAL EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL: MERCOSUR Y UNIÓN EUROPEA

Contextualización del tema: El artículo trata de la diplomacia cultural como elemento relevante para el proceso de integración regional. Para ello, se pone como ejemplo el proceso de integración en el Mercosur y la Unión Europea y cómo ambos utilizan, o no, la diplomacia cultural para fortalecer y profundizar bloques económicos. Autores como Soares (2008) y Kouri (2014) analizan el Mercosur y la Unión Europea en el uso de recursos de poder blando como marcos teóricos.

Objetivos: Demostrar la importancia de la diplomacia cultural, instrumento de poder blando, en los procesos de integración regional, destacando y dilucidando los efectos que produce este recurso técnico-político como consecuente en las relaciones entre los países miembros en beneficio del bloque.

Metodología: El estudio emplea investigación bibliográfica, con razonamiento deductivo y metodología teórica, explicando la diplomacia cultural y su relación con la integración regional de la cooperación latina frente a la cooperación europea.

Resultados: Al final, se destaca que, a pesar de ser un recurso con efectos de largo plazo, la diplomacia cultural es necesaria para la profundización y cohesión de un bloque económico.

Palabras clave: Integración; Soft Power; Diplomacia Cultural; Mercosur; Bloques Económicos Regionales.

INTRODUÇÃO

A diplomacia cultural pode ser considerada uma das técnicas relevantes no processo de integração de blocos econômicos, porque ao invés de usar recursos de *hard power*, como poderio bélico ou econômico, utiliza-se de elementos culturais para atrair e unificar as sociedades com outros países. A difusão cultural pode ser uma forma de conquistar, sem grande esforço, a unidade dos membros signatários, inclusive, em relação a acordos de cooperações regionais, que visem exclusivamente, ou não, a fatores de desenvolvimento econômico e político dos países de uma mesma região, pois gera um sentimento de reconhecimento mútuo.

A partir do olhar de Soares (2008) e Kouri (2014), este artigo apresenta as diferenças no uso da diplomacia cultural no Mercosul e na União Europeia. Para as referidas autoras, diplomacia cultural é necessária para promover a cooperação, a construção de uma imagem favorável dos países e dos blocos, além de aumentar a confiança entre eles. Elas destacam que a comunicação e o conhecimento da história, cultura e economia dos países de um bloco econômico são fundamentais nesse processo de integração.

Tem-se como objetivo demonstrar a importância desse instrumento de *soft power* nos processos de integração, e não somente no uso de políticas externas e conciliações secundárias. Objetiva-se evidenciar e elucidar que os efeitos produzidos por esse instrumento diplomático são consideráveis e robustos nas relações entre os países membros, como, por exemplo, o fortalecimento de laços ou a criação desses em benefício dos blocos.

A pertinência desta pesquisa deve-se pela necessidade da utilização de mecanismos indiretos e discretos de convencimentos que atuam melhor na composição de acordos, tratados, convenções ou organizações econômicas, impactando, de forma positiva e negativa, nas relações políticas, sociais e jurídicas de cada país, sendo a cultura um meio silencioso, eficaz e efetivo de aproximar não somente os países, mas a sociedade que passa a comportar em seu bojo novas culturas.

Esta pesquisa está dividida em três pontos: o primeiro apresenta o processo de integração e o mecanismo da diplomacia cultural; o segundo revela como o Mercosul utiliza esses instrumentos diplomáticos em seu processo de integração regional; e o terceiro mostra o processo de integração regional da União Europeia e o modo com o qual lida com o recurso de *soft power* para fortalecer a cooperação de seus países-membros na Europa.

A pesquisa conta com pesquisa bibliográfica, com raciocínio dedutivo, com metodologia teórica e bibliográfica, para explicar a diplomacia cultural e a integração

regional. Ao passo que também se utilizará desses elementos metodológicos para apresentar as diferenças entre do processo de integração por meio cultural do Mercosul e da União Europeia.

1. INTEGRAÇÃO REGIONAL E O SOFT POWER: DIPLOMACIA CULTURAL COMO ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO ENTRE PAÍSES

A integração regional envolve a reunião de diferentes países, para que, juntos, unifiquem políticas, mercados e economia, tornando aquelas sociedades e suas condições econômicas mais coesas e igualitárias. Contudo, frisa-se que este processo não é linear, nem mesmo seus atores possuem a mesma força e relevância política e/ou econômica, mas compreendem essas contendas políticas, interesses e identidades culturais, e buscam conformar essas situações na unificação das instâncias. A integração regional nada mais é do que a conformação de processos contidos da associação interestatal, sob finalidade de formar um sistema próprio, dissociado daquele empregado individualmente pelos seus membros, enquanto estados soberanos¹.

A integração envolve a complexidade social, com suas particularidades culturais; estatal, com as organizações políticas e jurídicas. Contudo, somente aspectos econômicos ou políticos não condicionam todos os procedimentos para a integração de países numa mesma região. “Entrar no acordo significa integrar uma parcela do espaço mundial definido por esse acordo, sem prejuízo daquilo que ocorre no seu interior. Trata-se de um processo *top down* (de cima para baixo) controlado pelos governos”². É preciso que as diferenças estejam evidenciadas, sejam aceitas, para serem contornadas ou solucionadas em acordos democráticos.

Sob um ponto de vista sociológico, a temática da integração está direcionada para o estudo da sociedade, considerada como um todo em busca de coesão e, por esta razão, sob um olhar para o indivíduo em um contexto de grupo, coletivo, a ser integrado de forma harmônica, em superação de suas adversidades e diferenças culturais (tais como religiosas, étnicas, linguísticas, etc.), em que, quanto maior o grau de identidade e sentimento de pertença, maior a concordância entre os membros desta sociedade, ou grupo, o que, em última análise, determina maior legitimidade das instituições democráticas e, em consequência, estabilidade e paz sociais³.

A aderência ao pacto regional pode ser pensada para diversas situações, desde o mercado comum com tributação diferenciada entre os acordantes, à livre circulação de

¹ SANTOS, Fernando Barotti dos; MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. Neofuncionalismo na tomada de decisão e integração em matéria de direito ambiental. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 1, n. 58, p. 760-789, abr., 2020.

² RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. Confins. **Revista franco-brasileira de Geografia**, n. 20, p. 43, 2014.

³ DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; OLIVEIRA JUNIOR, Joauer Campello de. A integração regional sul-americana: um estudo do viés social e da participação popular no Mercosul e na Unasul. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 4, p. 109, 2019, p. 109.

bens serviços e pessoas, como ao desenvolvimento econômico, cultural e políticas inter-regionais. Pode-se exemplificar com o caso da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), cujos objetivos seriam a construção da cidadania sul-americana, a integração política das nações, além da unidade econômica, social, ambiental e de infraestrutura⁴.

Outros casos de relevância são o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a União Europeia. Sendo o primeiro estruturado parcialmente na concepção de mercado comum com a livre circulação de bens, serviços e produção entre os países, através, entre outros, da eliminação dos tributos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias. Tem-se também, no acordo, a adoção de política comercial paritária em relação a terceiros e a coordenação de posições em conjuntos nos foros econômico-comerciais; além de arranjo de políticas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegaria, de transportes e comunicações e outras possíveis; e harmonização legislativa em áreas pertinentes, para fortalecer o processo de integração⁵.

A União Europeia, comparada com as demais formas de integração acima, é a mais longeva e complexa, pois avançou de um mercado comum do carvão e do aço, a uma condição de unificação europeia dos cidadãos, da economia, da política e de um sentimento com o Espaço Europeu. Ao incluir novos países, estabelecia-se um novo tipo de cooperação. Assim, viu-se a oportunidade de melhor acomodar as relações entre os signatários, aproveitando-se, ainda, para elaboração de novos acordos. A cada tratado consolidado ampliaram-se os Estados partícipes, aprofundaram-se as competências supranacionais com transferência progressiva de poder dessas nações às instituições comuns e criaram-se elementos culturais europeus, além dos produzidos localmente pelos estados-parte⁶.

Envolver uma quantidade significativa de países, com direitos, políticas, culturas, economias e pessoas diferentes e, em algum desses pontos, divergentes, requer, deles mesmos, uma atuação que ultrapassa o domínio bélico, econômico ou político de um Estado em relação a outros. Não é por meio da força ou de uma aparente dominância global que os tratados de integração serão firmados e concretizados, mas sim, através da diplomacia, dos interesses e sentimentos ou demais elementos em comum.

Dessa forma, uma integração regional robusta não se faz com uso irrestrito de habilidades militares e forças econômicas e políticas. Na política internacional, sobretudo

⁴ DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; OLIVEIRA JUNIOR, Joauer Campello de. A integração regional sul-americana: um estudo do viés social e da participação popular no Mercosul e na Unasul. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 4, p. 107-128, 2019.

⁵ MERCOSUL. Objetivos do MERCOSUL. 2021.

⁶ HOFER, Stephen David. Neo-functionalism Reloaded: The Energy Community of Southeast Europe. **Ninth Annual Kokkalis Graduate Student Workshop**, Harvard University. Vienna: Universitat Wien. 2007.

para a formação de blocos econômicos entre países, ter poder é deter a aptidão de influenciar outros países a atuarem de maneira que eles inicialmente não teriam agido. Por isso, aquilo que se denomina de *hard power*, que consiste em estratégias nacionais invasivas em outros países – como a intervenção militar, diplomacia coercitiva e sanções econômicas –, apesar de expressivas, não são interessantes na condução interna dos acordos, nem na formação dos blocos⁷. Esse tipo de poder convém para demonstrar a hegemonia e o domínio de alguns países frente a outros, e não de circunspecção nas relações de formação de pactos entre Estados.

O que é mais relevante para a integração regional, como se observa, não é o *hard power*, mas sim a capacidade do convencimento, posições conciliatórias, do contorno de possíveis crises, do diálogo, realizados pela diplomacia, essas competências são denominadas de *soft power*. Essa capacidade de persuasão ou atração de outros Estados, por meio de transferência cultural, ideologia e instituições internacionais, perduram por muito mais tempo e produzem, a médio e longo prazo, modificações estruturais nas sociedades receptoras. Podem alterar o modo de vida, o interesse pela nova cultura que está se inserindo, tudo sob a ação desse poder util que, em outras palavras:

Se um Estado puder fazer com que seu poder pareça legítimo aos olhos de outros, encontrará menos resistência aos seus desejos. Se sua cultura e ideologia forem atraentes, outros o seguirão de bom grado. Se puder estabelecer normas internacionais consistentes com sua sociedade, é menos provável que precise mudar. Se puder apoiar instituições que fazem com que outros Estados desejem canalizar ou limitar suas atividades da maneira que o Estado dominante preferir, poderá ser pouparado do dispendioso exercício do poder coercitivo ou duro⁸.

No âmbito da integração regional, o *soft power* coaduna-se na integração regional para a formação do sentimento e reconhecimento comum desses acordantes, o papel diplomático, em grande medida, analisa e atua sobre dois pontos: aqueles convergentes, que são utilizados como fundamento de união entre países; e os divergentes, estes são formatados ou, em alguma medida, assentados e mitigados na consolidação regional durante as reuniões diplomáticas. Logo, o corpo diplomático atua na coesão dos pactos e dos acordantes em âmbito político, econômico e cultural, sendo esse último, em alguns casos, pouco usual ou imprescindível para o desenho da integração⁹.

A representação política traduz-se na diplomacia de sua presença contínua e

⁷ WILSON III, Ernest J. Hard power, soft power, smart power. *The annals of the American academy of Political and Social Science*, v. 616, n. 1, p. 110-124, 2008.

⁸ No original: If a state can make its power seem legitimate in the eyes of others, it will encounter less resistance to its wishes. If its culture and ideology are attractive, others will more willingly follow. If it can establish international norms consistent with its society, it is less likely to have to change. If it can support institutions that make other states wish to channel or limit their activities in ways the dominant state prefers, it may be spared the costly exercise of coercive or hard power. NYE, Joseph S. Soft power. *Foreign policy*, n. 80, p. 167, 1990.

⁹ SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008.

cotidiana, dos interesses entre os países da integração, e no plano internacional com outras nações e blocos econômicos. A importância da diplomacia política, igualmente, pode ser vista na formulação de diretrizes de política internacional, na governança progressista da região, na inclusão de novos integrantes e no aprofundamento da integração e das instituições por eles estabelecidos¹⁰.

A diplomacia econômica, por sua vez, dá-se no uso da capacidade de influência política dos Estados em favor de interesses econômicos nos mercados internacionais, não substituindo a diplomacia política convencional, mas sim complementando-a. “A diplomacia econômica negocia a liberdade de exportar e investir além das fronteiras nacionais; atua em conjunto com empresas que atuam no exterior; e, no caso europeu, está na base da própria construção da comunidade”¹¹. No processo de integração europeu, foi ela que auxiliou a engatilhar o processo da União Europeia, com a formação da CECA e do EURATOM:

A diplomacia econômica também é fonte de resolução de conflitos, em especial se promove o reequilíbrio de poderes numa região estratégica. A criação em 1951 da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), e em 1957 da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou EURATOM), todas elas com uma componente econômica associada, começaram por ter como prioridade a reconciliação da frente franco-alemã e a reconstrução europeia no pós-guerra em nome de uma paz duradoura.¹²

O terceiro ponto da diplomacia é a cultural, mais intangível e abstrata atuação diplomática e, talvez, a que mais se compatibilize com a percepção de *soft power*, pois não se utiliza de necessidades sociais imediatas ou de elementos essenciais das discussões entre Estados para promover avanços na integração. Essa articulação permite criar demandas sociais, políticas e econômicas a países, pois o que está sendo disseminado são as ideologias, as formas culturais, as histórias, elementos arquitetônicos, de consumo, de modo de vida, sempre podendo inserir novos elementos para a atuação diplomática.

Assim, “[...] a diplomacia cultural é responsável por criar e implementar projetos nos quais a cultura será difundida, atuando na defesa dos valores nacionais, visando à inserção internacional daquele país”¹³. É por meio da diplomacia cultural que se divulgará e promoverá a cultura, instituições científicas ou culturais, programas culturais,

¹⁰ LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

¹¹ No original: La diplomacia económica negocia la libertad de exportar y de invertir más allá de las fronteras nacionales; actúa junto a las empresas que trabajan en el extranjero; y en el caso europeo está en la base de la propia construcción comunitaria. MORILLAS, Javier. Diplomacia económica. La otra mediación del Estado en el mercado. **Boletín de Información Comercial Española, BICE**, n. 2664, p. 41, 2000.

¹² GALITO, M. S. Diplomacia Econômica – Vantagens e Desvantagens. **Jornadas de Diplomacia Econômica. ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa**, p. 8-9, 2012.

¹³ BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão**. Brasília, v. 13, n. 1, p. 37, 2010.

personalidades de diversas áreas culturais de um determinado país, construindo a imagem nacional.

A diplomacia cultural não é recente no mundo, as trocas culturais sempre fizeram parte das relações entre grupos, reinos, impérios e nações, porém, o uso político instrumental da cultura como valor implícito é algo que se destaca em dois momentos. Primeiramente no início do século XX com a França implantando sua política cultural externa, criando a Oficina de Escolas e Obras Francesas, coordenando sua ação cultural no exterior.

E o outro período foi pós-Segunda Grande Guerra Mundial, com a vitória dos aliados, quando os Estados Unidos desmontaram como nação modelo. Logo, “a inserção da cultura dos EUA é concomitante ao financiamento que o país proporcionou, vende-se aos estados financiados uma caixa de pandora, com investimentos, mas invisivelmente, com a estrutura de vida americana”¹⁴. Conjuntamente com o Acordo de Bretton Woods, a Doutrina Truman e o Plano Marshall, que enviam tecnologias e capital de investimento, houve elementos ideológicos, modo de vida ou outros meios culturais dos Estados Unidos. Ou seja, o *soft power* se concretizando por força da diplomacia econômica, mas, sobretudo, cultural.

A diplomacia cultural torna-se essencial, incentivando que os países, ao adentrarem em blocos econômicos, também produzam meios de *soft power*, para promover seu país e, consequentemente, o bloco do qual participa. Ao promover tal conduta, vende-se a imagem não somente do país, mas de todo o bloco, mesmo que de forma indireta, construindo uma unidade entre eles, de que em qualquer um dos países existe uma condição idêntica de vida, de economia ou de política. É o caso da Espanha, como se expõe abaixo:

A Espanha desenvolve uma diplomacia cultural ágil e criativa, focada na criação de uma nova imagem do país. Com a entrada da Espanha na Comunidade Europeia, em 1992, organizaram-se inúmeros eventos projetaram uma imagem moderna, organizada e dinâmica do país. Os estereótipos do passado, ainda, seguem influenciando a imagem do país, mas as instituições públicas – sobre as quais recai a responsabilidade da projeção exterior cultural ou econômica do país – empenham-se em criar uma nova Imagem Espanha. Por meio do Instituto Cervantes, da Fundação Carolina, da Sociedad Estatal para a Ação Cultural Exterior, a imagem do país vai aproximando-se, gradualmente, da nova realidade de sua economia, da democracia construída, do nível social e cultural de sua população.¹⁵

A diplomacia cultural é importante e significativa, pois se apresenta como a

¹⁴ SANTOS, Fernando Barotti dos. A Feiticeira como representação do modelo de consumo: O pensar ético sustentável do consumo na sociedade. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 11, n. 21, 2020.

¹⁵ SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 55, 2008.

extensão do poder estatal. Por não ser perceptível de imediato para a sociedade civil, como os acordos econômicos e políticos, o *soft power* envolve a forma como as interações de indivíduos e organizações econômicas privadas e as não-governamentais mobilizarse-ão. Por óbvio, ao se tratar do uso da diplomacia cultural para a formação de blocos econômicos, o instrumento diplomático torna-se essencial para início, manutenção e ampliação dos acordos interestatais.

Em que pese o benefício desse modelo diplomático indireto, verifica-se, a seguir, que, no âmbito do Mercosul, ele não é relevante, e pouco adotado entre os países membros, desde sua formação. Por outro lado, a União Europeia passa a integrar ao seu movimento de expansão, cooptando novos membros, difundindo internamente ou para outros países, com fins de acordo à diplomacia cultural, como se verá a seguir.

2. MERCOSUL E A AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL PELA DIPLOMACIA CULTURAL

A proposta de criação de um bloco econômico como o Mercosul, envolve, inicialmente, a tentativa de unidade dos países na parte Sul do continente americano, uma atuação conjunta que visou ao desenvolvimento econômico e, consequentemente, ao crescimento de melhores condições de vida para a sociedade. O Mercosul teve como paradigma o processo de redemocratização dos países, seus marcos políticos e jurídicos, consolidados no neoconstitucionalismo. A princípio, a intenção não era seguir os passos da integração da União Europeia, mas sim permitir que temas com um arcabouço amplo e inclusivo fossem trabalhados em conjunto. A flexibilização de fronteiras que se pretende é do conhecimento e também de elementos sociais¹⁶. Portanto, apesar da desconfiança e diferenças que possam existir entre os estados, estes seguem na abertura para o diálogo, no fortalecimento das instituições, no rompimento com o constitucionalismo clássico e qualquer tipo de instituição ou instrumento que não promova uma maior unidade sul-americana.

Em suma, os países da América Latina são fragilizados e permanecem em processo de reconstrução interna, tanto das suas organizações estatais, políticas e jurídicas, tanto quanto da sua sociedade. Contudo, à medida que reconstroem as bases democráticas e suas economias, não dispensam a união com outros países, em virtude da globalização que os cerca. “Afinal, o nível de bem-estar de que as sociedades desfrutam hoje em dia depende essencialmente, e em conjunto, das muitas maneiras pelas quais os Estados e

¹⁶ SANTOS, Fernando Barotti dos; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves. O neoconstitucionalismo e a absorção cultural dos povos originários para proteção da floresta amazônica. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 25, n. 2, p. 195-227, 2020, p. 200.

outros atores internacionais interagem e cooperam na esfera internacional”¹⁷. A formação do Mercosul, a exemplo, foi o ponto inicial dessa cooperação e de abertura no relacionamento interestatal.

O Mercosul, desde sua criação com o Tratado de Assunção de 1991, surgiu como um projeto econômico-comercial e político-estratégico: ampliar e consolidar a influência regional e internacional do Brasil, por meio do intercâmbio comercial e da concertação político-estratégica no nível regional. Naquele momento, visava igualmente aumentar o poder de barganha do Brasil diante da Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC), que evoluiria mais tarde para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).¹⁸

O processo de integração na América Latina trouxe modificações nas resoluções de conflitos entre os países, acesso a crédito internacional, o financiamento de grandes obras, o uso dividido dessas e aumentou-se o intercâmbio comercial. Na condução da política, estabeleceu-se a coordenação de políticas macroeconômicas, posicionamento fora dos tratados e a competitividade em esfera global. Destaca-se, ainda, a eliminação de restrições tarifárias, de acordos para benefícios setoriais e a criação de novos foros interparlamentares¹⁹.

Portanto, as discussões do bloco envolvem, principalmente, fatores econômicos e as questões sociais pontualmente são tocadas, quando do seu interesse econômico ou político. Não há por que se falar de expressivo acordo sobre questões de desenvolvimento social, pois estes ficam subjugados às questões econômicas.

Com efeito, os temas sociais praticamente estiveram reduzidos, até há poucos anos, aos direitos laborais e, mais recentemente ainda, a alguns aspectos previdenciários e de saúde, debatidos e entendidos quase sempre, entretanto, enquanto componentes da agenda multilateral de comércio, considerados na verdade como elos dos acordos comerciais e dos processos facilitadores da circulação dos trabalhadores. E mesmo no seu desenvolvimento posterior, foi sob o signo da “cláusula social” que problemas como os da proibição do trabalho infantil, do trabalho escravo ou o da liberdade sindical foram prioritariamente tratados. Impulso importante ao alargamento intelectual e valorativo da agenda social real do MERCOSUL foi dado, da metade dos noventa em diante, pela incorporação de alguns dos temas centrais da agenda internacional: o compromisso, ou a referência da integração aos valores do Estado de Direito e, mais amplamente, da democracia, e também a perspectiva dos direitos humanos, no quadro mais amplo de um modelo de desenvolvimento econômico regional, pautado pela justiça e pela equidade.²⁰

¹⁷ REI, Fernando Cardozo Fernandes. Lei ambiental internacional e governança ambiental global: influências do sul. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 15, n. 32, p. 147, set., 2018.

¹⁸ IPEA. **Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas E de posições da política externa brasileira:** Começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 7, 2015.

¹⁹ RODRÍGUEZ, Rodolfo H.; Organização Pan-Americana da Saúde. Mercosul: um processo de integração. **Organização Pan-Americana da Saúde**. Recursos humanos em saúde no MERCOSUL. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde, p. 9-29, 1995.

²⁰ DRAIBE, S. M. Social cohesion and regional integration: the MERCOSUR social agenda and the integrationist social policy major challenges. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S117-S118, 2007.

Quando se verifica o aspecto da diplomacia cultural no engajamento regional do bloco latino-americano, esse é irrelevante no processo de coadunação. A difusão cultural de cada país para o fortalecimento do Mercosul, por parte de instituições e organismos oficiais de Estado, resume-se a efemérides ou alguma interação pontual entre países, sem o envolvimento dos cooperados e das instituições da integração.

[...] na maioria dos esquemas de integração sub-regional, a dimensão cultural, embora formalmente presente, está longe de ocupar um lugar de destaque nas agendas de negociação dos governos, e as políticas culturais tradicionalmente priorizam apenas algumas expressões artísticas ou folclóricas (espetáculos de artes visuais, festivais de artes cênicas, circulação de artistas ou convênios para preservação do patrimônio histórico), enquanto quase sempre deixaram de lado as manifestações relacionadas à mídia e às indústrias culturais, ou seja, com aqueles campos da cultura que mais contribuíram para a intercomunicação e conhecimento dos vários imaginários coletivos.²¹

A discussão sobre uma agenda cultural na década de 1990 pelos representantes dos países do Mercosul como tentativa de difundir as culturas pelos integrantes do bloco econômico resultou em proposta ou atividade prática do bloco pouco relevante a ser valorizada. Decorrente de diversas reuniões entre os múltiplos estados da América Latina, inclusive os pertencentes ao Mercosul, trouxe somente a Integración Cinematográfica Iberoamericana, um programa regional para fomento da indústria audiovisual. Com a consolidação do bloco posteriormente:

A questão da cultura nos esforços de integração apareceu pela primeira vez, ainda que de forma muito tímida, em julho de 1991, durante a Reunião Preparatória sobre a “Dimensão Cultural e Educacional do MERCOSUL”, onde se iniciou a discussão para a criação da Reunião Especializada em Cultura, dentro institucional do MERCOSUL, e cujo primeiro tratamento ocorreu no início de outubro de 1992, durante a Reunião do Grupo Mercado Comum (GMC).²²

Ainda em 1992, criou-se a Reunião Especializada em Cultura, por meio da Resolução de 34/92, com função de promover a cultura dos Estados-parte e do conhecimento mútuo desse pela sociedade e o emprego de empreendimento no setor em

²¹ No original: [...] en la mayoría de los esquemas subregionales de integración, la dimensión cultural, aunque ella esté formalmente presente, se halla lejos de ocupar un lugar destacado en las agendas de negociación de los gobiernos, y las políticas culturales han jerarquizado tradicionalmente sólo algunas expresiones artísticas o folklóricas (muestras de artes visuales, festivales de artes escénicas, circulación de artistas o convenios para la preservación del patrimonio histórico) mientras han dejado casi siempre de lado las manifestaciones relacionadas con los medios de comunicación y las industrias culturales, es decir, con aquellos campos de la cultura que más han contribuido a la intercomunicación y al conocimiento de los diversos imaginarios colectivos. In: GETINO, Octavio. **Experiencias y antecedentes de los proyectos de negociación e integración en el sector cinematográfico y audiovisual en los países del Mercosur**, 2010.

²² No original: El tema de la cultura en las gestiones de integración apareció por primera vez, aunque muy tímidamente, en julio de 1991, durante la Reunión Preparatoria sobre la “Dimensión Cultural y Educativa del MERCOSUR”, donde se iniciaron tratativas para la creación de la Reunión Especializada en Cultura, dentro de la estructura institucional del MERCOSUR, y cuyo primer tratamiento tuvo lugar a principios de octubre de 1992, durante la Reunión del Grupo Mercado Común (GMC). In: GETINO, Octavio. **Experiencias y antecedentes de los proyectos de negociación e integración en el sector cinematográfico y audiovisual en los países del Mercosur**, 2010.

conjunto. Nem mesmo em 1995, com a reunião em Buenos Aires, fazendo referência ao Mercosul Cultural, houve avanços no setor. Por fim, criou-se, sem sucesso, uma Reunião de Ministros da Cultura, para estabelecer cooperações e coordenação no campo cultural, estimulando a política cultural do bloco de todos os países membros, bem como a valorização do patrimônio cultural, indústria cultural e capacitação na área²³.

Logo, como mecanismo de aproximação das sociedades ou facilitador do aprofundamento das relações entre os países à diplomacia cultural, ou até mesmo um engajamento cultural dos Estados Membros facilitaria o aprofundamento das relações sociais e governamentais do bloco. “A inexistência de uma diplomacia cultural no Bloco, e nos países que o integram, é um indicador da ausência de atividades de promoção cultural voltadas ao conhecimento dos patrimônios culturais e dos ‘hábitos do coração’ de suas populações”²⁴.

O Mercosul, como demais blocos de países, empenha maior disposição para a economia, acordos comerciais e política, focados em objetivos, programa e ações que trazem retorno para o país e para o bloco. Portanto, questões diversas ao interesse econômico do mercado comum, são deixadas de lado pelo corpo diplomático, que recebe, sem dúvidas, orientações nesse sentido, de seus governos.

O desconhecimento da realidade sociocultural dos países vizinhos é profundo. Os preconceitos, as visões e opiniões parciais, quando não distorcidas, de alguns países em relação aos outros, dificultam, quando não inibem, o surgimento de relações de confiança e de projetos de cooperação. Observações e leituras superficiais ou apressadas, distorções de origem ideológica e posturas etnocêntricas criaram, no decorrer dos anos, imagens dos países e de suas culturas folclorizadas e pouco fiéis a suas origens históricas.²⁵

Como uma tentativa de buscar uma integração por meio cultural, em 1996 foi criado o Parlamento Cultural do Mercosul (PARCUM), cujo objetivo seria de compatibilizar as legislações culturais dos países do bloco, à livre circulação de bens e serviços em favor da cultura, além da facilidade no trâmite alfandegário. Posteriormente, em 2010, criou-se a Secretaria do Mercosul Cultural (SMC), em Buenos Aires, Argentina, executando e continuando atividades e programas culturais empreendidos no bloco²⁶.

Já no ano de 2012, o Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do Mercosul entra em vigor, estabelecendo os critérios para reconhecimento dos bens

²³ SOARES, Maria Susana Arroso. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008.

²⁴ SOARES, Maria Susana Arroso. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 53, 2008.

²⁵ SOARES, Maria Susana Arroso. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 57, 2008.

²⁶ CARVALHO RODRIGUES, M. Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 217-243, 2018.

culturais de interesse do bloco. Tal como se utiliza na Unesco, os bens culturais reconhecidos são inseridos em uma Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul (LPCM). Somente a partir de 2016, foram provados os primeiros bens culturais que representam e identificam culturalmente o bloco, como: Ponte Internacional Barão de Mauá, Payada ou Pajada (um tipo de poesia oral), o Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos, Edifício Sede da Secretaria Administrativa do Mercosul e, parte mais alcantilada da Serra da Barriga²⁷.

Abre-se, portanto, a possibilidade de organismo para estatais ocuparem esses espaços, conhecidos como paradiplomacia. Adicionalmente, entende-se por paradiplomacia atividades ou iniciativas no campo das relações internacionais, conduzidas por entidades regionais, locais ou não afiliadas ao governo central, incluindo organizações da sociedade civil, com o propósito de promover seus interesses, complementar ou contestar a política externa do Estado²⁸.

Os agentes dessas instituições não estatais são entes de ação externa das relações de blocos econômicos, mas que mantém contato permanente ou *ad hoc* com esses organismos regionais. “As atividades paradiplomáticas dos agentes públicos subnacionais podem ser classificadas em quatro níveis conforme diferentes escalas espaciais: o transnacional, o inter-regional, o intrabloco e o transfronteiriço”²⁹. A paradiplomacia, dessa forma, pode ser uma oportunidade de alavancar a integração regional com a divulgação cultural, pois pode atuar, como se vê, tanto sobre assuntos já tratados no bloco, como por outros, diversos.

[...] a paradiplomacia subnacional teria a função de viabilizar interesses locais ou regionais específicos, eventualmente não atendidos no plano da diplomacia nacional. [...] o desalento para com a política externa do governo central muitas vezes leva as unidades políticas subnacionais a desenvolver diretamente atividades internacionais com o objetivo de defender interesses subnacionais que consideram não defendidos adequadamente pelo estado. [...] as práticas paradiplomáticas são determinadas por uma sequência de dinâmicas interconectadas que dizem respeito à realidade objetiva, às percepções sobre ela, aos posicionamentos de política externa, e, finalmente, às ações paradiplomáticas. Estas, como dito acima, contemplariam os interesses ausentes na política externa do país.³⁰

E, como mecanismo paradiplomático na cultura, destacam-se algumas formas atuantes no Mercosul, ocupando o vácuo deixado pelos governantes e suas diplomacias:

²⁷ CARVALHO RODRIGUES, M. Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 217-243, 2018.

²⁸ JUNQUEIRA, C. G. B. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 83, p. 43-68, 2017.

²⁹ MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional: O caso do Brasil e Uruguai. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online]. v. 16, n. 3, p. 420, 2016.

³⁰ MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional: O caso do Brasil e Uruguai. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online]. v. 16, n. 3, p. 427, 2016.

Se é verdade que nenhum dos países do Mercosul desenvolve uma diplomacia cultural destinada a aumentar o conhecimento entre eles e o diálogos entre seus cidadãos, atores não governamentais têm desenvolvido projetos culturais que têm tido um impacto significativo no estreitamento das relações com os países vizinhos. Exemplos disso são a Associação de Universidade do Grupo Montevidéu, a Rede de Mercocidades, a Bienal do Mercosul, o projeto DocTV Iberoamérica, Porto Alegre em Cena, Porto Alegre em Buenos Aires, a Feira do Livro em Porto Alegre e outros eventos de menor magnitude. Essas iniciativas têm resultado mais do apoio de intelectuais, artistas e empresários do que dos ministérios de Cultura e de Relações Exteriores. Pessoas dos quatro países, que possuíam vínculos profissionais ou de amizade com colegas da região, são os principais responsáveis por tais ações que, lentamente, estão dando origem a um espaço cultural do Mercosul.³¹

Como se observa, os elementos de diplomacia cultural como instrumento de integração regional do Mercosul são ínfimos, tendo repercussão maior na criação da lista de bens culturais do bloco. A diplomacia cultural no Mercosul é tida como supérflua e de valor apenas simbólico, não sendo valorizada como um instrumento de aproximação das sociedades nem de avanço na integração regional. A falta de uma diplomacia cultural no bloco e nos países que o compõem indica a ausência de atividades de promoção cultural e conhecimento dos patrimônios culturais das populações. As relações culturais entre os países não têm sido utilizadas para construir pontes entre os povos e estimular o diálogo. A cultura não é considerada fator coadjuvante da política externa dos países do Mercosul, mesmo tendo ricos patrimônios culturais.

Além disso, Soares (2008) argumenta que a falta de atenção às questões culturais no Mercosul é um obstáculo para o avanço do processo de integração e que a diplomacia cultural deve ser utilizada como um fator de integração³². Há, também, crítica à falta de interesse dos países fundadores do Mercosul em desenvolver ações de diplomacia cultural. Outrossim, a autora enfatiza a importância de construir afinidades entre os países e corrigir preconceitos através da comunicação e pesquisa de interesses comuns.

Verifica-se que a unidade dos países se dá em uma percepção imediata, um retorno econômico, financeiro, e político, com maior agilidade e visibilidade para dentro, para que a sociedade veja. Contudo, os governos perdem, ao longo prazo, uma possibilidade de estreitar relações e fortalecer a venda de seus produtos com o uso desse recurso de *soft power*, do mesmo modo que o bloco, em si, perde o fortalecimento da integração e o aprofundamento da cooperação entre os estados-parte e da possibilidade de mostrar a possíveis ingressantes o modelo que praticam e desenvolvem.

³¹ SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 63, 2008.

³² SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008.

3. VÁRIOS USOS DA DIPLOMACIA CULTURAL NA UNIÃO EUROPEIA PARA INTEGRAÇÃO DO BLOCO

Diferentemente do Mercosul, a União Europeia desenvolveu muito a sua diplomacia cultural, muito em razão de alguns países serem exportadores de cultura, para outros países. Já existia a difusão das ideologias e da cultura nos países desde os períodos das grandes navegações (entre o século XV e o início do século XVII), com Portugal e Espanha levando para outras civilizações o estilo de vida praticado por eles, como forma indireta de subjugação de povos nativos e colonização dos continentes explorados.

Ou com a Revolução Industrial (a partir da segunda metade do século XVIII) e a necessidade de mercado consumidor fez com que produtos ingleses e franceses fossem levados para outros países, colônias ou nações recém-descobertas. O estilo de vida, a cultura, estavam imbuídos em tecidos, roupas, bebidas, comidas, louças, teatros, festas e outros objetos e eventos, consumidos e admirados pelo mercado externo, atento a cada padrão comportamental das cortes europeias.

Este Grande Passado Europeu compartilhado inclui a filosofia, o pensamento político e a estética da Grécia clássica e helenística, a lei e a administração do Império Romano, o humanismo da religião judaico-cristã, a tradição iluminista do racionalismo, progresso material e direitos humanos. e seu impacto no industrialismo e no modernismo.³³

Outrossim, alguns países europeus percebem que o *soft power* cultural é um mecanismo eficaz para adentrar em outras nações sem o uso de força ou fatores econômicos. “A França, pioneira nesse campo, inaugurou sua política cultural externa em 1909, quando o ministério de Negócios Estrangeiros da França criou a Oficina de Escolas e Obras francesas no estrangeiro para coordenar sua ação cultural no exterior”³⁴. Em 1934, a Inglaterra cria o British Council, com o objetivo de difundir a cultura dos britânicos e o conhecimento sobre o Reino Unido com cooperação cultural e derivadas.

Mais especificamente sobre a União Europeia (UE), a diplomacia cultural se apresenta de duas formas: interna e externa. Do ponto de vista externo, o bloco se utiliza de sua diplomacia cultural para transmitir as diversas culturas, como atrativo turístico ou de estudos. Por outro lado, o uso interno da diplomacia cultural e dos recursos culturais dos países para a consolidação interna do bloco permite o aprofundamento e o conhecimento das diversas sociedades que fazem parte do bloco, bem como o

³³ No original: This shared European Great Past includes the philosophy, political thought, and aesthetics of Classic and Hellenistic Greece, the law and administration of the Roman Empire, the humanism of the Judeo-Christian religion, the Enlightenment tradition of rationalism, material progress, and human rights and its impact on industrialism and Modernism. KOURI, Maria. EU Integration and Cultural Diplomacy in Times of Crisis: The Case of Greece. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, 44(4), 218-233, 2014, p. 219.

³⁴ SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 55, 2008.

fortalecimento do sentimento de identidade europeu.

A cooperação europeia já vem utilizando desse mecanismo desde antes da atual formação do bloco: o programa Cidades Europeias da Cultura foi pioneiro na divulgação cultural por todos os países membros. As duas cidades escolhidas a cada ano mostravam à Europa sua vida e cultura, permitindo o conhecimento e as trocas culturais entre os cidadãos de países europeus do bloco que as visitam.

As “Cidades Europeias da Cultura”, política cultural criada em 1985, ainda antes da atual estrutura da UE, promove determinadas cidades da Comunidade como centros da cultura europeia. É uma forma de aproximar os povos europeus, levar à descoberta de afinidades culturais e promover a relocalização de cidades dentro e fora da comunidade. Serve também para incrementar o turismo, a economia e a integração política de forma pontual e orgânica. A escolha de cidades como Atenas e Florença como primeiras capitais culturais definiu os objetivos políticos de reviver a história de uma civilização europeia e demonstrar como os legados culturais deixados naquelas épocas ainda estão presentes na comunidade³⁵.

Tratando-se dessa forma de uso da diplomacia cultural atualmente, ela se encontra de forma indireta no art. 167³⁶ do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, em que, por meio de interpretação do texto normativo, identifica-se a importância da cooperação entre os países na produção e difusão cultural para estimular um sentimento europeu. Com isso, o programa, iniciado em 1985, transformou-se no Programa das Capitais Europeias da Cultura, desenvolvendo cooperações nos setores culturais, com adesão de várias cidades até 2033, principalmente de novos países ingressantes.

Continuando o aprofundamento da integração dos países membros, a União Europeia instaurou outros eventos comunitários de importância social, cultural, histórica. A Marca do Património Europeu e a Casa da História Europeia são duas iniciativas que apoiam esse símbolo da unidade europeia. A primeira foi instituída no âmbito da Decisão n. 1194/2011, que inclui sítios que se destacam pela sua importância para a história, cultura e integração europeia. Esses sítios podem ser monumentos, locais subaquáticos, sítios históricos, áreas industriais ou urbanas, paisagens culturais, lugares de memória ou patrimônio imaterial. A estratégia reforça o diálogo intercultural e promove o valor

³⁵ CUSTÓDIO, Maraluce Maria; SANTOS, Fernando Barotti dos. A política da união europeia no turismo: o turismo cultural e a sustentabilidade do patrimônio industrial na integração. **Revista de Direito Internacional, Brasília**, v. 17, n. 3, p. 212, 2020.

³⁶ 1. A União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o patrimônio cultural comum. 2. A ação da União tem por objetivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua ação nos seguintes domínios: — melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus, — conservação e salvaguarda do patrimônio cultural de importância europeia [...]. UNIÃO EUROPEIA. **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia** (TFUE), 2007.

nacional e regional.³⁷

A Decisão (UE) 2017/864, de 2017, em conjunto com o Parlamento Europeu e o Conselho, constituiu o Ano Europeu do Patrimônio Cultural³⁸. O texto estabeleceu que, em especial, o patrimônio cultural representa uma parte relevante do sentimento da comunidade europeia integrada à memória, à identidade, ao diálogo, à coesão e à criatividade da Europa. Tal medida conduz um desenvolvimento ambiental, social e econômico, além do diálogo intercultural, elemento vital para a cooperação internacional.

Desde o Tratado de Maastricht de 1992, a União europeia tenta promover a integração dos Estados Membros, contudo, seu esforço assemelha-se nas palavras de Kouri (2014), como o mito de Sísifo, um aparente eterno rolar de pedras³⁹. Pois a formação de um europeísmo, uma identidade social supranacional, para além daquela adquirida ao nascer em um país, apresenta em vários momentos uma hostilidade ou uma ameaça ao paradigma local que vivem. Igualmente, poderes locais podem se sentir ameaçados, quanto ao controle que a entidade supranacional detém e poderá vir a ter, na economia, no modo de vida, na política e na cultural⁴⁰.

Contudo, como dito antes, diferentemente de outros instrumentos de diplomacia, o *soft power* produz efeitos a longo e médio prazo, por isso o trabalho da diplomacia cultural é lento e progressivo. Mesmo que enfrente resistência, desconfiança ou o desconhecimento.

Até agora, nenhum consenso foi alcançado sobre os efeitos positivos ou negativos da identidade nacional na integração da UE. Os termos identidades aninhados e dupla fidelidade descrevem a inter-relação potencialmente positiva das identidades nacionais e da UE: em certas circunstâncias, quando a fidelidade à UE supranacional e a uma identidade da UE apoia a identidade nacional bem-estar territorial, político, econômico e social, as identidades múltiplas podem ser abraçadas, reforçando-se mutuamente e promovendo a integração na UE. No entanto, a lealdade primária dos cidadãos às suas nações sugere atitudes negativas ou neutras em relação à UE e seus objetivos, quando as metas nacionais de bem-estar não estão sendo cumpridas.⁴¹

³⁷ CUSTÓDIO, Maraluce Maria; SANTOS, Fernando Barotti dos. A política da união europeia no turismo: o turismo cultural e a sustentabilidade do patrimônio industrial na integração. **Revista de Direito Internacional, Brasília**, v. 17, n. 3, p. 213, 2020.

³⁸ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Decisão (UE) 2017/864 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, sobre o Ano Europeu do Patrimônio Cultural (2018). **Jornal Oficial da União Europeia**, n. L 131, p. 1-9, 20 maio, 2017.

³⁹ KOURI, Maria. EU Integration and Cultural Diplomacy in Times of Crisis: The Case of Greece. **The Journal of Arts Management, Law, and Society**, 44(4), 218-233, 2014.

⁴⁰ KOURI, Maria. EU Integration and Cultural Diplomacy in Times of Crisis: The Case of Greece. **The Journal of Arts Management, Law, and Society**, 44(4), 218-233, 2014.

⁴¹ No original: As yet no consensus has been reached regarding the positive or negative effects of national identity on EU integration. The terms nested identities (Diez Medrano 2003) and double describe the potentially positive interrelation of national and EU identities: in certain circumstances, when allegiance to the supranational EU and to an EU identity supports the national territorial, political, economic, and social welfare, multiple identities may be embraced, reinforcing one another and promoting EU integration. However, the citizens' primary loyalty to their nations suggests negative or neutral attitudes towards the EU and its aims, when national welfare goals are not being met.

Como se percebe, a União Europeia, apesar de passar tensões e crises dentro do bloco, tenta a todo momento produzir a unificação do bloco, a integração e o aprofundamento, por meio da cultura. A diplomacia cultural, como *soft power*, pode ser uma maneira de a UE e seus estados-membros enfrentarem os efeitos negativos que surjam ao longo do processo de integração do bloco. Por meio da ênfase nos valores culturais, questões de identidade, partes interessadas de cima para baixo e de baixo para cima, políticas regionais, nacionais e locais e perspectivas para aprofundar a diplomacia cultural englobando novos elementos da cultura.

A diplomacia cultural, como *soft power* interno do organismo supranacional, produz eventos, propagandas, todo e qualquer tipo de contexto que possa difundir a cultura dos mais diversos locais, ao mesmo tempo em que tenta criar um sentimento europeu. Diferentemente do Mercosul, o uso desse instrumento suave de propagação de ideologias, de política e interesses, é muito mais forte e eficaz na integração, do que sem o seu uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a diplomacia cultural demonstra-se um instrumento necessário para auxiliar o processo de integração de um bloco econômico, mesmo que ele se resuma a um mercado comum. Isso porque ela, diferentemente de outras formas de diplomacia e condutas de política exteriores de países, não atinge imediatamente os objetivos e interesses de nações-membro, seja no tocante ao bloco, ou individuais, sendo uma forma de unificação lenta, mas duradoura.

A diplomacia cultural é o contraponto do *hard power*, mecanismo escancarado de impor uma política ou forma de agir para demais países, por meios econômicos como a sanção ou por tensões políticas que levam a consequências, muitas vezes, desastrosas. O *soft power* permite que o país difunda suas ideologias, costumes, culturas e outras coisas que deseja disseminar, sem um entrave, desgaste, ou mesmo, gastos exacerbados.

Contudo, os resultados que se esperam com o uso de diplomacia cultural são mais lentos do que as formas tradicionais, pois engendar numa outra cultura, muitas vezes totalmente diversa da que está se implantando, e fazer parte desta, demanda tempo, algo que não aconteceria com uso de *hard power*, já que empoderar as culturas e seu valor demandam tempo e esforço.

A partir disso, pensando no processo de integração dos estados em blocos econômicos, percebe-se que a diplomacia cultural pode ser um ótimo recurso para

fortalecer os laços de países que se estabeleçam numa mesma região, mas que possam apresentar culturas variadas. A diplomacia cultural permitiria uma conformação social, política e econômica mais interessante e relevante, pois haveria uma abertura a essas novas culturas e ao diálogo e, por pressuposto, uma integração real que só é possível com respeito e reconhecimento cultural.

No caso, quando se observa o processo de integração econômica do Mercosul, este se mostra inerte ao uso da diplomacia cultural por muito tempo. Os avanços culturais, de difusão, propagação de eventos, por meio de acordos diplomáticos, são ínfimos, e dizem respeito, na maioria das vezes, a datas comemorativas ou a efemérides, que integrem alguns países, mas não em nome do bloco.

Como consequência, a cooperação latina perde a oportunidade de fortalecer o bloco, de buscar na e para a sociedade culturas que estão próximas e, muitas vezes, desconhecidas por falta de acesso. Por outro lado, abre-se espaço para a paradiplomacia, de modo que atue, no Mercosul, de forma mais incisiva e amplificada nos temas culturais, por forma de acordos entre organismo não oficiais do bloco latino, mas que representam a necessidade de trocas culturais, científicas e de microeconomias.

Ao contrário do modelo Mercosul de gestão da diplomacia cultural, mesmo com avanços e recuos, a União Europeia se destaca no uso do recurso de *soft power* para conduzir a integração do bloco. Com a promoção de eventos culturais e outras formas indiretas de difusão cultural e, principalmente, da formação e da consolidação do sentimento europeu.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão**. Brasília, v. 13, n. 1, p. 33-53, 2010. ISSN 1677-8898. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/issue/view/202>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CARVALHO RODRIGUES, M. Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 217-243, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245241.217-243. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71987>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Decisão (UE) 2017/864 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, sobre o Ano Europeu do Património Cultural (2018). **Jornal Oficial da União Europeia**, n. L 131, p. 1-9, 20 maio 2017.

CUSTÓDIO, Maraluce Maria; SANTOS, Fernando Barotti dos. A política da união europeia no turismo: o turismo cultural e a sustentabilidade do patrimônio industrial na integração. **Revista de Direito Internacional, Brasília**, v. 17, n. 3, p. 201-221, 2020.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; OLIVEIRA JUNIOR, Joaner Campello de. A integração regional sul-americana: um estudo do viés social e da participação popular no Mercosul e na Unasul. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 4, p. 107-128, 2019.

DRAIBE, Sônia Miriam. Social cohesion and regional integration: the MERCOSUR social agenda and the integrationist social policy major challenges. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S174-S183, 2007.

GALITO, Maria Sousa. Diplomacia Econômica – Vantagens e Desvantagens. **Jornadas de Diplomacia Econômica. ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Lisboa**, p. 1-21, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Sousa-Galito/publication/264159393_Diplomacia_Economica_-Vantagens_e_Desvantagens/links/53d05aa40cf25dc05cfe3d83/Diplomacia-Economica-Vantagens-e-Desvantagens.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

GETINO, Octavio. Experiencias y antecedentes de los proyectos de negociacion e integracion en el sector cinematografico y audiovisual en los paises del Mercosur. 2010. Disponível em: <http://octaviogetinocine.blogspot.com/2010/06/experiencias-y-antecedentes-de-los.html>. Acesso em: 4 jul. 2022.

HOFER, Stephen David. Neo-functionalism Reloaded: The Energy Community of Southeast Europe. **Ninth Annual Kokkalis Graduate Student Workshop**, Harvard University. Vienna: Universitat Wien, 2007. Disponível em: http://www.oegpw.at/de/fileadmin/pdf/Gefoerderte_Konferenzbeitraege/Hofer_Stephan.pdf. Acessos em: 9 jun. 2018.

IPEA. **Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira: Começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5330/1/td_2125.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022.

JUNQUEIRA, C. G. B. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 83, p. 43-68, 2017. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429>. Acesso em: 17 jul. 2023.

KOURI, Maria. EU Integration and Cultural Diplomacy in Times of Crisis: The Case of Greece. **The Journal of Arts Management, Law, and Society**, 44(4), 218-233, 2014. Disponível em: 10.1080/10632921.2014.964383. Acesso em: 6 jul. 2022.

LAFER, Celso. Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional: O caso do Brasil e Uruguai. **Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]**, 2016, v. 16, n. 3, p. 417-436. ISSN 1984-7289. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/8PyN3GJ3gMNyzVtDL7wR9rK/?lang=pt&format=pdf>

Acesso em: 6 jul. 2022.
DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23485>.

MERCOSUL. **Objetivos do MERCOSUL.** 2021. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercosul/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MORILLAS, Javier. Diplomacia económica. La otra mediación del Estado en el mercado. **Boletín de Información Comercial Española, BICE**, n. 2664, p. 41-44, 2000. Disponível em: http://students.aiu.edu/submissions/profiles/resources/onlineBook/w8W9s4_diplomacia%20relaciones%20internacionales%20economica.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

NYE, Joseph S. Soft power. **Foreign policy**, n. 80, p. 153-171, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 26 jun. 2022.
DOI: <https://doi.org/10.2307/1148580>.

REI, Fernando Cardozo Fernandes. Lei ambiental internacional e governança ambiental global: influências do sul. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 15, n. 32, p. 143-165, set., 2018. ISSN 2179-8699. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 20, p. 1-48, 2014. ISSN 1958-9212. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8939>. Acesso em: 26 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.8939>.

RODRÍGUEZ, Rodolfo H..Organização Pan-Americana da Saúde. Mercosul: um processo de integração. **Organização Pan-Americana da Saúde**. Recursos humanos em saúde no MERCOSUL. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde, p. 9-2, 1995.

SANTOS, Fernando Barotti dos. A Feiticeira como representação do modelo de consumo: O pensar ético sustentável do consumo na sociedade. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 11, n. 21, 2020.

SANTOS, Fernando Barotti dos; MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. Neofuncionalismo na tomada de decisão e integração em matéria de direito ambiental. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 1, n. 58, p. 760-789, abr., 2020. ISSN 2316-753X. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3008>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v1i58.3008>.

SANTOS, Fernando Barotti dos; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves. O neoconstitucionalismo e a absorção cultural dos povos originários para proteção da floresta amazônica. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 195-227, 2020. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1581>. Acesso em: 27 jul. 2022. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v25i21581.

SOARES. Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2008, v. 51, n. 1, p. 53-69. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mLtpW4YcQGFJ4FWZ3868KBf/?lang=pt>. Epub 31 jul., 2008. ISSN 1983-3121. Acesso em: 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000100003>.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). 2007

WILSON III, Ernest J. Hard power, soft power, smart power. **The annals of the American academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 110-124, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25097997>. Acesso em: 26 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716207312618>.

COMO CITAR:

SANTOS, Fernando Barotti dos; MARALUCE, Maria Custódio. O contraste da diplomacia cultural na integração regional: Mercosul e União Europeia **Revista Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, vº 20, nº1, 1º quadrimestre de 2025. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp> - ISSN 1980-7791. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v20n1.p95-117>

INFORMAÇÕES DOS AUTORES:

Fernando Barotti dos Santos

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa CAPES/PROEX. Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Graduado em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Pesquisador nas áreas de Filosofia do Direito, Hermenêutica, Direito e Memória, Patrimônio Cultural, Paisagem, Direito e Sociedade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1558-5550> E-mail: fernando_barotti@hotmail.com

Maraluce Maria Custódio

Pós-doutora pela Universidad Veracruzana (México). Doutora em Geografia pela UFMG em cotutela com a Université D'Avignon (França). Mestre em Direito Constitucional pela UFMG. Mestre em Direito Ambiental pela Universidad Internacional de Andalucía (Espanha). Professora da Graduação e Professora Permanente Do Programa De Pós-Graduação Em Direito Da Escola Superior Dom Helder Câmara - Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Professora da UEMG /Diamantina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2048-7883> Email: maralucemc@gmail.com

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Received: 17/07/2023
Approved: 30/08/2024

Recebido em: 17/07/2023
Aprovado em: 30/08/2024